Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Atenção Primária à Saúde

CNPJ/MF: 60.742.616/0017-27

Demonstrações contábeis correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2016 e de 2015 - Em reais

Balanço Patrimonial	NE	2016	2015
Ativo/Circulante		**779.271,79**	**753.804,65**
Caixa e equivalentes	(03)	779.271,79	539.486,28
Adiantamentos	(05)	-	194.588,14
Despesas antecipadas		-	19.730,23
Não Circulante		**17.056.524,51**	**9.647.764,93**
Realizável a longo prazo	(06)	17.056.524,51	9.647.764,93
Total do Ativo		**17.835.796,30**	**10.401.569,58**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Liquido no Exercício

Patrimônio social	NE	2016	2015
No início do exercício		**(3.450.159,48)**	**13.165.895,06**
Transferências patrimoniais		1.445.674,39	(15.294.481,03)
Resultado do exercício		1.785.278,53	(1.321.573,51)
No final do exercício		**(219.206,56)**	**(3.450.159,48)**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Balanço Patrimonial	NE	2016	2015
Passivo/Circulante		**908.369,31**	**4.097.964,13**
Fornecedores		-	35.339,09
Obrigações trabalhistas		-	865.118,96
Obrigações sociais	(08a)	-	236.833,82
Obrigações fiscais	(08b)	-	191.489,71
Férias e encargos a pagar		-	2.313.544,55
Outras contas a pagar		31.920,70	74.735,25
Verbas a aplicar ou devolver	(12)	774.518,02	266.058,35
Contas a pagar serviços terceiros		-	16.648,28
Mútuos a pagar	(07)	-	3.196,12
Contingências judiciais	(10)	101.930,59	95.000,00
Não Circulante		**17.146.633,55**	**9.753.764,93**
Exigivel de Longo Prazo		**17.146.633,55**	**9.753.764,93**
Obrigações sociais	(10)	16.983.088,51	9.635.246,79
Processos Judiciais	(09/10)	111.736,18	12.518,14
Contingências Judiciais	(09/10)	51.808,86	106.000,00
Patrimônio Líquido	(13)	**(219.206,56)**	**(3.450.159,48)**
Total do Passivo		**17.835.796,30**	**10.401.569,58**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado do Exercício	NE	2016 Total	2015 Total
Receitas Operacionais Brutas		**8.815.373,13**	**107.573.759,41**
Receitas de atividades assistenciais		**8.720.812,55**	**107.364.799,39**
Com assistência médica hospitalar	(15)	8.620.853,36	107.234.791,40
Outras verbas		99.959,19	130.007,99
Receitas financeiras, patrimoniais e extraordinárias		**94.560,58**	**208.960,02**
Financeiras deduzidas das despesas	(17)	27.445,17	178.481,22
Outras receitas não operacionais		67.115,41	30.478,80
Despesas Operacionais		**7.030.094,60**	**108.895.332,92**
Despesas com atividades assistenciais		**7.030.094,60**	**108.895.332,92**
Despesas com pessoal		5.887.410,12	95.643.957,77
Despesas administrativas e gerais		571.790,22	1.855.856,17
Serviços prestados por terceiros		549.579,07	10.680.890,02
Medicamentos e materiais		7.714,50	658.854,10
Impostos e taxas		13.600,69	55.774,86
Resultado do Exercício		**1.785.278,53**	**(1.321.573,51)**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Demonstração do Valor Adicionado	2016 Total	2015 Total
Receitas Operacionais Brutas	**8.787.927,96**	**107.395.278,19**
Com assistência médica hospitalar	8.620.853,36	107.234.791,40
Com doações, verbas e outras	167.074,60	160.486,79
Insumos Adquiridos de Terceiros	**1.078.317,75**	**12.155.344,02**
Materiais consumidos	7.714,50	658.854,10
Serviço de terceiros e outros	1.070.603,25	11.496.489,92
Valor Adicionado Bruto	**7.709.610,21**	**95.239.934,17**
Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade	**7.709.610,21**	**95.239.934,17**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**31.154,36**	**255.459,20**
Receitas financeiras	31.154,36	255.459,20
Valor Adicionado Total a Distribuir	**7.740.764,57**	**95.495.393,37**
Distribuição do Valor Adicionado	**7.740.764,57**	**95.495.393,37**
Pessoal e encargos	5.887.410,12	95.643.957,77
Impostos, taxas e contribuições	13.600,69	55.774,86
Juros e aluguéis	54.475,23	1.117.234,25
Superavit (déficit) do exercício	1.785.278,53	(1.321.573,51)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Demonstração do Fluxo de Caixa	2016	2015
Atividades Operacionais		
Superávit/(déficit) líquido	**1.785.278,53**	**(1.321.573,51)**
Ajustes para conciliar o resultado para fluxo de caixa	**51.957,49**	**(339.000,00)**
Provisão para contingências	51.957,49	(339.000,00)
Variações no capital circulante	**4.365.634,68**	**1.842.944,83**
Contas a receber	-	4.615.331,89
Adiantamentos	194.588,14	198.431,76
Mútuos a receber	-	17.879.050,00
Despesas antecipadas	19.730,23	6.897,35
Fornecedores	(35.339,09)	(66.233,55)
Obrigações trabalhistas	(865.118,96)	(4.982.866,25)
Encargos sociais	7.111.007,90	(3.976.294,14)
Encargos tributários	(191.489,71)	(1.478.121,04)
Provisão de férias	(2.313.544,55)	(9.069.545,54)
Verbas a devolver	508.459,67	(317.896,28)
Outras contas a pagar	(73.582,83)	(372.228,67)
Mútuos a pagar	(3.196,12)	3.196,12
Serviços de terceiros	14.120,00	(596.776,82)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**6.202.870,70**	**182.371,32**
Atividades de Investimento: Saídas		
Aplicações no realizável a longo prazo	(7.408.759,58)	2.556.804,73
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(7.408.759,58)**	**2.556.804,73**
Atividades de Financiamento: Saídas	**1.445.674,39**	**(15.294.481,03)**
Transferências patrimoniais	1.445.674,39	(15.294.481,03)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**1.445.674,39**	**(15.294.481,03)**
Variação de caixa e equivalente de caixa	**239.785,51**	**(12.555.304,98)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	539.486,28	13.094.791,26
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	779.271,79	539.486,28
Variação de caixa e equivalente de caixa	**239.785,51**	**(12.555.304,98)**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício Findo em 31/12/2016 e 2015

1. A Entidade: a. Reconhecimento de utilidade pública: A Organização Social de Saúde Santa Marcelina Atenção Primária a Saúde, filial da Associação Filantrópica Casa de Saúde Santa Marcelina, entidade sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública pelas autoridades federais, estaduais e municipais, e que tem por missão, em consonância com o carisma da Instituição, com a Declaração dos Direitos Humanos e da Constituição Brasileira, promover a dignidade da pessoa humana preservando-lhe e resgatando-lhe a saúde, oferecendo-lhe atendimento de boa qualidade. A Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Atenção Primária à Saúde tem por finalidade operacionalizar a gestão e execução das atividades desenvolvidas pela Estratégia de Saúde da Família e atendimentos médicos ambulatoriais, mediante o cumprimento integral dos convênios firmados com a Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura do Município de São Paulo. **b. Áreas de atuação:** A Organização tem como objetivos básicos, sem visar lucro, atuar nas seguintes áreas: 1. Preventiva e comunitária; 2. Curativa; 3. De reabilitação; e 4. De ensino e pesquisa. **c. Da manutenção:** Os recursos financeiros necessários à execução do objeto do presente contrato de gestão poderão ser obtidos mediante transferências provenientes do Poder Público, doações e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras, rendimentos de aplicações dos ativos financeiros da Organização Social e outros pertencentes ao patrimônio que estiver sob a administração da Organização. **d. Da organização:** A estrutura orgânica do hospital está composta por: 1. Diretoria Geral; 2. Pastoral da Saúde; 3. Serviços Médicos; 4. Serviços Técnicos; e 5. Serviços Administrativos. **2. Principais Práticas Contábeis: 2.1.**As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária(a Lei n.º 11.638/07, promulgada em 28 de dezembro de 2.007 e a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 que modificam e introduzem novos dispositivos à Lei n.º 6.404/76.), os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e a legislação específica emanada através da Resolução nº 1.409/12 de 21/09/12, que aprovou a Norma ITG 2002 - relativa a Entidades Sem Finalidade de Lucros, e foram autorizadas para emissão em 14/02/2017. **2.2. Bases para elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e foram elaboradas com base no custo histórico e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto se indicado de outra forma, conforme práticas contábeis descritas a seguir. As demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2015, divulgada para fins de comparabilidade, foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação. **a. Contas de resultado:** O regime contábil para apropriação das receitas e despesas é o de competência; **b. Aplicações financeiras:** São registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não superam o valor de mercado; **c. Ativo circulante e não circulante:** Registrados pelo valor de realização acrescida dos rendimentos incorridos até a data do balanço quando aplicável; **d. Passivo circulante e não circulante:** Demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos; **e. Contribuição ao INSS e impostos:** Conforme legislação vigente, a Casa de Saúde Santa Marcelina é uma entidade filantrópica e está isenta do pagamento da contribuição ao INSS (cota patronal) e imune aos tributos conforme prevê a Constituição Federal e o Regulamento do Imposto de Renda. **f. Uso de estimativa:** A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração efetue estimativa e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os valores reais podem ser diferentes daqueles estimados. **3. Caixa e Equivalente de Caixa:** Estão representados substancialmente por saldos em caixa, contas bancárias e aplicações financeiras assim distribuídas:

Descrição	2016	2015
Bancos conta movimento	779.270,22	3.753,09
Aplicações Financeiras	1,57	535.733,19
Total	**779.271,79**	**539.486,28**

4. Execução do Contrato de Gestão (não auditado): Foram executadas as atividades abaixo demonstradas: **Demonstrativo de Produção conforme Relatório de Execução do Contrato.**

Item	2016	2015
Consultas Médicas da área - PSF	26.093	302.110
Consultas de Enfermagem - PSF	19.708	159.677
Visitas Domiciliares Médico - PSF	1.022	15.558
Visitas Domiciliares Enfermeiro - PSF	3.218	29.726
Visitas Domiciliares Agentes de Saúde - PSF	115.441	974.219
Consultas Médicas das unidades - AMA	43.026	173.633

5. Adiantamentos: Os saldos em aberto estão assim representados:

Descrição	2016	2015
Adiantamentos a funcionários	-	194.588,14
Total	**-**	**194.588,14**

6. Realizável à Longo Prazo: Em 31 de dezembro, os depósitos judiciais sobre as ações movidas pela entidade, são apresentados da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Descrição	2016	2015
Depósitos Judiciais PIS	16.983.088,51	9.635.246,79
Depósitos Judiciais Diversos	73.436,00	12.518,14
Total	**17.056.524,51**	**9.647.764,93**

7. Mútuos a Pagar: Representam mútuos financeiros classificados no curto prazo como segue:

Descrição	Tipo	2016	2015
RASTS São Miguel e Itaim Paulista	Mútuo	-	3.196,12
Total		**-**	**3.196,12**

8. Impostos e Contribuições: (a) Obrigações Sociais:

Descrição	2016	2015
INSS a recolher	-	71.964,19
FGTS a pagar	-	141.839,41
PIS sobre folha a recolher	-	17.362,36
FGTS Lei Complementar nº 110	-	-
Outros	-	5.667,86
Total - Circulante	**-**	**236.833,82**

(b) Obrigações Tributárias:

Descrição	2016	2015
IRRF a recolher	-	183.580,81
Outras retenções de terceiros	-	7.908,90
Total - Circulante	**-**	**191.489,71**

9. Obrigações de Longo Prazo:

Descrição	2016	2015
Contingências judiciais	51.808,86	106.000,00
Processo Civil - Contingências Judiciais	111.736,18	12.518,14
PIS sobre folha a recolher	16.983.088,51	9.635.246,79
Total - Não Circulante	**17.146.833,55**	**9.753.764,93**

O recolhimento do PIS está sendo discutido judicialmente. Em conformidade com a Norma e Procedimento de Contabilidade nº 22 (NPC 22) do IBRACON, a administração optou por apropriar esses valores como obrigação legal até a conclusão da sentença. **10. Provisão para Contingências:** A entidade possui contingências judiciais de natureza trabalhista e cível, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja possibilidade de perda foi classificada como provável.

Descrição	2016	2015
Reclamações trabalhistas	101.930,59	95.000,00
Contingências no passivo circulante	**101.930,59**	**95.000,00**
Processos judiciais e reclamações trabalhistas	163.545,04	118.518,14
Contingências no passivo não circulante	**163.545,04**	**118.518,14**
Total	**265.475,63**	**213.518,14**

11. Isenções Previdenciárias Usufruídas: Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11 da Lei n.º 12.101, de 27/11/2009, são demonstradas a seguir, os valores relativos a isenções previdenciárias, como se devido fosse, gozadas durante o exercício fiscal anterior:

Descrição	2016	2015
Ordenados e salários	4.522.338,53	75.067.262,23
Percentual de contribuição devida (*)	27,8%	27,8%
Subtotal	**1.257.210,11**	**20.868.698,90**
Serviços prestados pessoa física (autônomos incluindo médicos)	-	358.623,70
Percentual de contribuição devida	20,00%	20,00%
Subtotal	**-**	**71.724,74**
Total devido caso a entidade não gozasse de isenção	**1.257.210,11**	**20.940.423,64**

(*) INSS 20%, FPAS 5,8% e Seguros contra riscos e acidentes 2%

12. Verbas a Devolver: Correspondem a valores referentes aos convênios que foram encerrados:

Descrição	2016	2015
Convênio encerrado - CAPS	774.518,02	266.058,35
Total	**774.518,02**	**266.058,35**

13. Patrimônio Líquido: Apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social inicial, acrescido dos Superávits ou diminuído dos Déficits e ajustes ocorridos. Refere-se ainda a recursos a serem aplicados, exclusivamente, aos objetivos do contrato de gestão. Em 2016 o valor do passivo a descoberto apresentado é de R$ 219.206,56, com superávit do exercício de 2016 em R$ 1.785.278,53. Em 2015 o valor do passivo a descoberto apresentado foi de R$ 3.450.159,48. **14. Receitas e Despesas:** As receitas e despesas são apropriadas por competência com base em documentação hábil como: avisos bancários, notas fiscais, recibos, contratos e outros em conformidade com as exigências legais e fiscais. **15. Verbas:** Os recursos apropriados pela Entidade face aos-Termos de Convênios com a SMS - Secretaria Municipal de São Paulo - Prefeitura Municipal de São Paulo para auxílio de Custeio de seus gastos durante o exercício foram:

Programa	Termo de Convênio	2016
PSF - Programa Saúde da Família	Nº 028/2008	8.620.853,36
Total		**8.620.853,36**

16. Recursos: Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas despesas (custeio) e investimentos patrimoniais. **17. Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas:** Os encargos financeiros e as variações monetárias líquidas, apropriados ao resultado estão demonstrados como segue:

Descrição	2016	2015
Despesa financeira		
Juros e multas	(15,67)	(53.585,62)
Despesas bancárias e IRRF Aplicação	(3.693,52)	(67.865,18)
Sub-total	**(3.709,19)**	**(121.450,80)**
Receita financeira		
Rendimentos aplicações	31.031.87	255.261,38
Descontos obtidos e juros ativos	122,49	44.670,64
Sub-total	**31.154,36**	**299.932,02**
Total	**27.445,17**	**178.481,22**

18. Bens com Permissão de Uso: O ativo imobilizado é composto dos bens recebidos com Permissão de Uso da Secretaria Municipal da Saúde - Prefeitura do Município de São Paulo por força do contrato firmado, e dos bens adquiridos com recursos do próprio contrato, transferidos para a municipalidade através de documento próprio. **19. Convênios:** Em 2016 foi finalizado o processo iniciado em 2015 de transferências das unidades gerenciadas por este convênio para novos contratos de gestão estabelecidos com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo através da Rede Assistencial de Supervisões Técnicas de Saúde, com o mesmo objetivo de atendimento e prestação de serviços na área da saúde, entretanto, algumas unidades foram transferidas para outros contratos de gestão não relacionados a esta entidade,sendo assim, encerrando as atividades do convênio atual. Os recursos remanescentes serão devolvidos devidamente atualizados à Secretaria da Saúde do Município de São Paulo após a entrega da prestação de contas finalizadora.

Ir. Rosane Ghedin - Diretora Presidente

Luís Roberto Teles - Contador - CRC1SP182.786/0-8

Parecer do Conselho Econômico e Fiscal: A Diretoria, O Conselho Fiscal da Casa de Saúde Santa Marcelina, em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determinam os itens II, III e VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Contábeis e Financeiras da APS Atenção Primária a Saúde Santa Marcelina referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas e Proposta da Administração, com base nos exames efetuados, o Conselho Fiscal, entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente a Posição Patrimonial e Econômica da Organização e que estão em conformidade com as disposições legais pertinentes à matéria, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente á aprovação integral e sem qualquer ressalva, dos referidos documentos pela Assembléia geral deste Conselho. São Paulo, 31 de janeiro de 2017. Irmã Élzina Cássia Vasconcelos de Souza; Irmã Monique Marie Marthe Bourget; Irmã Marinêz Rossato.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis: À Diretoria da Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Atenção Primária a Saúde São Paulo - SP Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da **Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Atenção Primária a Saúde**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Atenção Primária a Saúde** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Continuidade:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa n.º 19, explicando que a Entidade finalizou o processo iniciado em 2015 de transferências das unidades gerenciadas pelos convenio para novos contratos de gestão estabelecidos com a Secretaria de Saúde do Município de São Paulo através da Rede Assistencial de Supervisões Técnicas. Algumas unidades foram transferidas para outros contratos de gestão não relacionados e esta unidade, sendo desta forma encerrada as atividades do convênio atual. Os recursos remanescentes serão devolvidos, devidamente atualizados, à Secretaria da Saúde do Município de São Paulo após a entrega da prestação de contas finalizadora. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** *Demonstrações do valor adicionado* Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir opinião sobre as demonstrações contábeis básicas requeridas no parágrafo inicial, tomadas em conjunto. Adicionalmente, examinamos a Demonstração do Valor Adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a qual esta sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das Demonstrações Contábeis básicas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas em todos os aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

continua

continuação

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 2 de março de 2017.

Cokinos & Associados Auditores Independentes S/S - CRC-2SP 15.753/O-0

José Luiz de Faria - Contador - CRC-1SP116.868/O-8.

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
Pronto Socorro do Engenho Novo - Barueri/SP

CNPJ/MF nº 24.232.886/0143-89

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro - Em reais

Ativo	Nota	2.016	2.015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixas	4	3.359.661	3.048.907
Contas a receber	5	1.828.803	1.611.004
Estoques	6	163.356	138.115
Outros ativos circulante		119.679	107.514
		5.471.499	**4.905.540**
Não Circulante			
Imobilizado	7	447.707	490.505
Intangível	7	105.131	159.878
Subvenções a realizar	7	(516.482)	(650.383)
		36.356	**-**
Total do Ativo		**5.507.855**	**4.905.540**

Passivo e patrimônio liquido	Nota	2.016	2.015
Circulante			
Fornecedores	8	312.416	249.951
Honorários médicos	9	558.763	744.713
Obrigações sociais e trabalhistas	10	1.169.945	1.104.286
Obrigações fiscais		97.694	90.314
Receita diferida	11	650.625	818.530
Partes relacionadas	12	2.014.793	975.696
		4.804.236	**3.983.490**
Não Circulante			
Provisão para descontinuidade	13	515.042	376.810
		515.042	**376.810**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio social		545.240	1.446.054
Déficit do exercício		(356.663)	(900.814)
		188.577	**545.240**
Total do Passivo		**5.507.855**	**4.905.540**

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais

Receitas Operacionais	Nota	2.016	2.015
Receitas com subvenções-custeio	15	19.654.719	22.848.350
Receitas com subvenções - investimento	7b	133.901	126.851
Receitas financeiras		114.048	119.668
Outras receitas		23.637	70.454
Total das Receitas		**19.926.305**	**23.165.323**
Despesas Operacionais			
Despesas com pessoal	16	(8.696.185)	(8.384.777)
Serviços de terceiros	17	(7.631.512)	(11.693.043)
Custos corporativos compartilhados	18	(1.040.299)	(975.696)
Drogas, medicamentos e materiais	19	(1.543.713)	(1.607.053)
		(18.911.709)	**(22.660.569)**
Despesas gerais e administrativas	20	(1.044.369)	(866.178)
Despesa com provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(322.201)	(537.001)
Despesas financeiras		(4.689)	(2.389)
		(1.371.259)	**(1.405.568)**
Total das Despesas		**(20.282.968)**	**(24.066.137)**
Déficit do Exercício		**(356.663)**	**(900.814)**

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais

	2.016	2.015
Déficit do Exercício	**(356.663)**	**(900.814)**
Outros resultado abrangentes	**-**	**-**
Resultado Abrangente do Exercício	**(356.663)**	**(900.814)**

Demonstração do fluxos de caixa - Método Indireto
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.016	2.015
Déficit do exercício	**(356.663)**	**(900.814)**
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	136.246	126.851
Realização das subvenções	(133.901)	(126.851)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	322.201	537.001
Transferência a Sede Administrativa relativo ao custo corporativo compartilhado	-	-
Déficit do exercício ajustado	**(32.117)**	**(363.813)**
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(540.000)	(757.383)
Estoques	(25.241)	11.756
Outros ativos circulante	(12.165)	(2.657)
Fornecedores	62.465	67.742
Honorários médicos	(185.950)	(257.848)
Obrigações sociais e trabalhistas	65.659	125.557
Obrigações fiscais	7.380	31.931
Receita diferida	(167.905)	-
Provisão para descontinuidade	138.232	127.966
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(689.642)**	**(1.016.749)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(38.700)	(177.122)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(38.700)**	**(177.122)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Subvenções governamentais de investimentos	-	315.001
Empréstimos tomados com partes relacionadas	1.039.096	907.911
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**1.039.096**	**1.222.912**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**310.754**	**29.041**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	3.048.907	3.019.866
No fim do exercício	3.359.661	3.048.907
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**310.754**	**29.041**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais

	Patrimônio social	Superávit(déficit) do exercício	Total
Em 01 de Janeiro de 2.015	**69.768**	**1.376.286**	**1.446.054**
Transferência	1.376.286	(1.376.286)	**-**
Déficit do exercício	-	(900.814)	**(900.814)**
Em 31 de Dezembro de 2.015	**1.446.054**	**(900.814)**	**545.240**
Transferência	(900.814)	900.814	**-**
Déficit do exercício	-	(356.663)	**(356.663)**
Em 31 de Dezembro de 2.016	**545.240**	**(356.663)**	**188.577**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2.016 e 2.015
Cifras apresentadas em reais.

1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. **b) Contrato de Gestão - Pronto Socorro do Engenho Novo - Barueri/SP:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 1° de agosto de 2.013, celebrou com a Prefeitura do Município de Barueri, o contrato de Gestão para gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a ser desenvolvido no Pronto Socorro do Engenho Novo em Barueri, com vigência de 12 (Doze) meses, podendo ser renovado pelo mesmo prazo, até o limite máximo de 05 (cinco) anos. Em 16 de outubro de 2015, as partes assinaram o segundo termo aditivo ao contrato de gestão, que reduziu o repasse das subvenções para o custeio mensal e dos investimentos na unidade. Consequentemente, a partir de agosto de 2015, a Administração implantou medidas para reduzir os gastos mensais, sem prejudicar o atendimento a população. Em 27 de abril de 2016, as partes assinaram o terceiro termo aditivo ao contrato de gestão, que reduziu novamente o repasse das subvenções para o custeio mensal e dos investimentos na unidade. Novamente, a partir de maio de 2016, a Administração implantou medidas para reduzir os gastos mensais, de acordo com escopo sugerido pela Secretaria Municipal de Saúde de Barueri, sem prejudicar o atendimento a população. **2. Base de Preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC n° 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 24 de Fevereiro de 2.017. **2.1 Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas inclui a provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências, quando constituídas, o valor residual do ativo imobilizado e a provisão para descontinuidade. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. **b) Ativos circulantes e não circulantes:** • Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos, quando necessário. • Estoques: Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • Imobilizado: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. • Intangível: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. **c) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **d) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **e) Receita diferida:** As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). Receita diferida - investimento: Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. **f) Patrimônio social:** Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **g) Receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. Receitas de subvenções custeio: As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. Custos e despesas: Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. **h) Instrumentos financeiros:** • Ativos financeiros não derivativos: A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixas e contas a receber. • Passivos financeiros não derivativos: Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e partes relacionadas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa: Descrição	2.016	2.015
Fundo Fixo	1.000	1.000
Banco conta movimento **(a)**	95	3.047.907
Aplicações financeiras de curto prazo **(b)**	3.358.566	-
	3.359.661	**3.048.907**

(a) Corresponde aos valores depositados em conta corrente no Banco Santander. **(b)** Em 31 de dezembro de 2016, corresponde a certificados de depósitos bancários, aplicados no Banco Santander, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, remuneradas a taxa de 97% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

5. Contas a Receber: Descrição	2.016	2.015
Prefeitura Municipal de Barueri	2.688.005	2.148.005
(-)Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(859.202)	(537.001)
	1.828.803	**1.611.004**

(a) Prefeitura Municipal de Barueri: As contas a receber com a Prefeitura Municipal de Barueri correspondem aos valores acumulados ao longo do contrato de gestão. Subsequente ao encerramento do exercício social e até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras foi recebido o montante de R$ 1.612.343. **(b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída no valor de R$ 859.202, para fazer face aos valores vencidos acima de 360 dias, com expectativa remota de recebimento financeiro junto a Prefeitura Municipal de Barueri.

6. Estoques: Descrição	2.016	2.015
Fios cirúrgicos	1.154	1.631
Materiais hospitalares de consumo	55.370	46.258
Medicamentos	67.926	56.543
Materiais de Expediente e Impressos	11.567	5.912
Materiais de Higiene e limpeza	8.813	9.565
Materiais - Gêneros Alimentícios SND	2.903	2.683
Outros	15.624	15.523
	163.357	**138.115**

7. Imobilizado, Intangível e Subvenções a Realizar

a) Composição	2.016			2.015
Itens	**Custo**	**Depreciação Acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Equipamentos telefônicos	10.340	(5.663)	4.677	5.686
Equipamentos de informática	183.008	(98.256)	84.752	120.422
Maquinas e equipamentos	330.578	(61.689)	268.889	288.404
Móveis e utensílios	115.016	(25.629)	89.387	75.993
Total imobilizado	**638.942**	**(191.237)**	**447.705**	**490.505**
Direitos de uso de software	273.729	(168.598)	105.131	159.878
Total intangível	**273.729**	**(168.598)**	**105.131**	**159.878**
(-) Subvenções a realizar *	(516.482)	-	(516.482)	(650.383)
Total subvenções a realizar	**(516.482)**	**-**	**(516.482)**	**(650.383)**

***** As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo apropriada ao resultado do exercício na rubrica de receitas de subvenções - investimento, mediante ao valor correspondente a depreciação do bem, no exercício de 2016 no montante de R$ 133.901 (Em 2015 R$ 126.851).

b) Movimentação Itens	Saldo em 31/12/15	Adições	Depreciação	Realizações	Saldo em 31/12/16
Equipamentos Telefônicos	9.245	1.095	-	-	10.340
Equipamentos de informática	182.007	1.001	-	-	183.008
Maquinas e equipamentos	317.912	12.666	-	-	330.578
Móveis e utensílios	91.078	23.938	-	-	115.016
(-) Depreciação	(109.737)	(81.500)	-	-	(191.237)
Total imobilizado	**490.505**	**38.700**	**(81.500)**	**-**	**447.705**
Direitos de uso de software	273.729	-	-	-	273.719
(-) Amortização	(113.851)	-	(54.747)	-	(168.598)
Total intangível	**159.878**	**-**	**(54.747)**	**-**	**105.131**
(-) Subvenções a realizar	(650.383)	-	-	133.901	(516.482)
Total subvenções a realizar	**(650.383)**	**-**	**-**	**133.901**	**(516.482)**
Total geral		**38.700**	**(136.247)**	**133.901**	

c) Taxas de depreciação e amortização: As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	Taxa ao ano
Equipamentos de informática	20,0%
Máquinas e equipamentos hospitalares	10,0%
Móveis e utensílios	10,0%
Direitos de uso de software	20,0%

8. Fornecedores: Descrição	2.016	2.015
Materiais e medicamentos	117.959	112.878
Imobilizado	5.181	-
Serviços de terceiros pessoa jurídica	189.277	137.073
	312.416	**249.951**

9. Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:

Descrição	2.016	2.015
Honorários médicos pessoa jurídica	558.763	744.713
	558.763	**744.713**

10. Obrigações Sociais e Trabalhistas: Descrição	2.016	2.015
Salários e ordenados **(a)**	390.635	393.171
FGTS **(a)**	62.352	59.917
INSS **(a)**	43.839	42.198
PIS **(a)**	9.226	-
Provisão de férias e encargos	661.880	598.741
Outras	2.013	10.259
	1.169.945	**1.104.286**

(a) Correspondem aos valores provisionados em dezembro de 2.016 e 2.015 e devidamente liquidados em janeiro de 2.017 e 2.016, respectivamente. **11. Receita Diferida:** Corresponde aos valores pactuados junto a Prefeitura Municipal de Barueri, para utilização específica na aquisição de equipamentos. A movimentação no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.016	2.015
Saldo inicial	**818.530**	**680.651**
(+) Entrada de subvenção para investimento	540.000	315.001
(-) Desconto de investimento conforme Ofício 407/2016	(707.905)	(177.122)
	650.625	**818.530**

12. Partes Relacionadas

Descrição	A pagar (a receber) 2.016	2.015
Pró-Saúde - Sede Administrativa **(a)**	2.014.793	975.696
	2.014.793	**975.696**

(a) - Custos Corporativos Compartilhados: Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado. **13. Provisão para Descontinuidade de Contrato:** Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.016	2.015
Saldo inicial	376.810	248.844
Adições (Nota 16 - despesa com pessoal)	273.573	209.716
Baixas por rescisões de contratos	(135.341)	(81.750)
Saldo final	**515.042**	**376.810**

14. Provisão para Contingências: Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, baseado na opinião de seus assessores jurídicos, a Entidade não possui nenhum processo com probabilidade de perda provável ou possível em trâmite na justiça. **15. Receitas com Subvenções - Custeio:** As receitas com subvenções - custeio, correspondem ao contrato de gestão pactuado com a Prefeitura do Município de Barueri. Os valores são relativos à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e em 31 de

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 31/03/2017 09:24:45.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 25589173] - www.imprensaoficial.com.br